

**Os besteiros do conto em Portugal na Idade Média (1385-1438):
contextualização historiográfica, metodologia e objetivos de uma
dissertação de mestrado¹**

Leandro Ribeiro Ferreira
Universidade do Porto

Resumo

Este artigo procura dar a conhecer o desenvolvimento de uma dissertação de mestrado sobre uma das experiências militares mais originais de toda a Idade Média Peninsular: a milícia dos besteiros do conto. Criada em Portugal em 1299, por D. Dinis (1279-1325), era formada por elementos recrutados, essencialmente, dentro do grupo popular dos mesterais, com preferência para aqueles que revelassem especial aptidão no manuseio da besta. Esta força militar de base concelhia possuía uma estrutura de comando autónoma relativamente aos restantes contingentes militares municipais, gozava de um sistema remuneratório próprio e beneficiava de um atraente conjunto de privilégios. Para além disso, os besteiros do conto estavam também sujeitos a um conjunto de deveres específicos, nomeadamente ao nível do treino, da posse e manutenção de armas de qualidade e de um número específico de munições, para além de se encontrarem obrigados a manter um elevado grau de prontidão, circunstâncias que os convertiam numa autêntica força de elite.

Abstract

This paper aims to disclose of the development of a Master's Thesis about one of the one of the most unique military experiences throughout the Peninsular Middle Ages: the militia of «besteiros do conto» (crossbowmen). Created in Portugal in 1299, by King Denis of Portugal (1279-1325), it was formed by elements recruited mainly within the popular group of craftsmen, with preference for those who had previously shown special aptitudes in handling the crossbow. This military force – who's member were recruited within the municipal militias – had an autonomous command structure, a special payment system and enjoyed an attractive set of privileges. But beyond that, the «besteiros do conto» were also subject to a set of specific duties such as regular training, owning and the maintaining its weapon in good conditions, and having a specific number of ammunition, in order to keep a high degree of readiness, circumstances that convert them into an authentic elite force.

Durante uma boa parte do século XX, a historiografia portuguesa, à semelhança daquilo que aconteceu um pouco por toda a Europa, esteve afastada dos horizontes da História Militar. A deflagração na Europa de duas Guerras Mundiais, na primeira metade do século XX, provocou nos historiadores coevos uma certa 'aversão' ao estudo deste tema. A demorada cicatrização das feridas originadas por esses dois conflitos bélicos, aliada à influência dos *Analles* e da *Nouvelle Histoire*, que encaravam a História Militar como *événementielle*, levou a que se mantivessem, no início daquele século, registos historiográficos diretamente ligados à componente política, desenvolvendo uma narrativa linear e contínua, de sucessão dos acontecimentos provocados pelas grandes figuras da história. Esta 'velha' História Militar, refém da ambiguidade entre o *événementielle* e o político-militar, começou a ser contrariada, em Inglaterra e em França, nas décadas de 1970 e 1980. Com efeito, assiste-se à criação de

¹ A dissertação que apresentamos foi defendida em provas públicas no dia 28 de outubro de 2015, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, perante um júri que teve como arguente o Professor Doutor João Gouveia Monteiro. Uma versão online desta investigação estará brevemente disponível no acervo daquela instituição. No entanto, o artigo publicado nesta edição da *Incipit* foi preparado numa altura em que a redação da referida dissertação ainda se encontrava numa fase embrionária, pelo que optamos por manter o trabalho original que compilámos para apresentar no *Workshop de Estudos Medievais*. Com efeito, foram apenas efetuadas algumas correções, sobretudo no que respeita à forma do texto apresentado.

uma perspetiva historiográfica que visa, conforme indicou João Gouveia Monteiro, uma “História da Guerra Total”, designada por Nova História Militar, a qual procura desenvolver o estudo das atividades marciais, incluindo os aspetos tecnológicos, sem descuidar, entre outros, as dimensões sociais, económicas e o impacto da guerra nos comportamentos comunitários. Esta renovação, iniciada nos países anglo-saxónicos, estende-se progressivamente às outras historiografias europeias e está, hoje, em franco desenvolvimento em Portugal.²

Esboçar a história dos besteiros do conto permite que acompanhem, a par e passo, algumas das mutações historiográficas mencionadas no parágrafo anterior. Na primeira metade do século XIX, Alexandre Herculano dá o primeiro contributo para o estudo deste corpo militar. Num artigo, datado de 1837, o autor dedica um pequeno parágrafo aos besteiros do conto, no qual menciona que esta milícia utilizava besta de polé, estava alistada pelas comarcas do reino e os homens que a integravam podiam ser considerados “como soldados de um exército permanente”.³ Esta última afirmação deve ser lida com relativa prudência, pois, conforme sugeriu Miguel Gomes Martins, em 1997, os contingentes de besteiros do conto eram formados por homens em regime de “quase-permanência”, uma vez que os seus elementos não se ocupavam exclusivamente da arte da guerra. Enquanto mantinham outras ocupações laborais, estavam permanentemente disponíveis para se mobilizar e integrar as hostes militares portuguesas.⁴

Apesar de sintética, a análise de Herculano é inovadora porque observa estes combatentes como parte integrante das hostes militares medievais. Até esta data, os róis de besteiros do conto tinham sido estudados, é certo, mas apenas como mero instrumento de reflexão para a realização de cálculos populacionais. Neste âmbito, alguns autores,⁵ realizaram estimativas populacionais com base no rol de besteiros do conto de 1421, inserto nas *Ordenações Afonsinas*.⁶ No entanto, os valores propostos seriam rejeitados por Henrique da Gama Barros, em 1896,⁷ Costa Lobo, em 1903,⁸ e Luís Miguel Duarte, em 1996,⁹ pois, segundo estes autores, os cálculos são conseguidos através da utilização arbitrária de um coeficiente multiplicador. Pese toda a polémica originada por este duro debate historiográfico, partilhamos a ambição de realizar, nesta dissertação de mestrado, algumas reflexões sobre o assunto. No momento atual da investigação, apesar de os resultados se demonstrarem ainda muito provisórios, tendemos a alinhar junto de Gama Barros e seus pares.

Após a publicação do artigo de Alexandre Herculano, teríamos de esperar cerca de meio século para que surgisse uma obra que avançasse significativamente no

² João Gouveia Monteiro e Miguel Gomes Martins, “The Medieval Military History,” em *The Historiography of Medieval Portugal c. 1950-2010*, dir. José Mattoso, eds. Bernardo Vasconcelos e Sousa, Maria de Lurdes Rosa e Maria João Branco (Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011), 459-481.

³ Alexandre Herculano, “Milícia da Idade Média,” em *O Panorama. Jornal Literário e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis* (Lisboa: Imprensa da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, 1837), vol. I, 217-220.

⁴ Miguel Gomes Martins, “Os besteiros do conto de Lisboa: De 1325 aos inícios do século XV,” *Cadernos do Arquivo Municipal* 1 (1997): 90-117.

⁵ Joaquim Soares Barros, “Memoria sobre as cauzas da diferente população de Portugal em diversos tempos da Monarchia,” em *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa: para o adiantamento da agricultura, das artes, e da industria em Portugal, e suas conquistas* (Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1789), vol. I, 123-151; Luiz Augusto Rebello da Silva, *Memoria sobre a população e a agricultura de Portugal, desde a fundação da monarchia até 1865* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1868), 42-72; J. Lúcio de Azevedo, “Organização Económica,” em *História de Portugal*, ed. Damião Peres (Barcelos: Portucalense Editora, 1929), vol. II, 393-445; A. H. de Oliveira Marques, *Ensaio de História Medieval Portuguesa*, 2ª ed. (Lisboa: Editorial Veiga, 1980), 54.

⁶ *Ordenações Afonsinas* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984), vol. I, tít. LXIX, 437-447.

⁷ Henrique da Gama Barros, *História da Administração Pública nos Séculos XII a XV*, 2ª ed. (Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1945), vol. IV, 209-215.

⁸ A. de Sousa Silva Lobo, *História da Sociedade em Portugal no seculo XV* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1903).

⁹ Luís Miguel Duarte, “Demografia, História da Família e da População Portuguesa na Idade Média: Algumas Reflexões,” *População e Sociedade* 2 (1996): 185-190.

conhecimento deste corpo militar. Henrique da Gama Barros, nos volumes IV e V da sua monumental *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII – XV*, publicados em 1885 e 1896 respetivamente, tece vários apontamentos sobre os besteiros do conto. Neste trabalho, para além de estabelecer considerações gerais sobre este corpo militar, aborda a existência de contingentes de besteiros nas hostes municipais desde o século XII. Ainda assim, sem se comprometer, o autor afirma que a milícia terá sido criada entre os reinados de D. Afonso III e D. Afonso IV.¹⁰ O problema da data de criação dos besteiros do conto permaneceu irresolúvel até ao final do século XX, pelo que as afirmações de Gama Barros vigoraram durante cerca de 100 anos. Miguel Gomes Martins, em vários trabalhos publicados entre 1997 e 2014, forneceu dados que permitem apurar com maior rigor o momento de criação deste corpo militar. Este historiador atribuiu a D. Dinis a responsabilidade pela instituição dos besteiros do conto. As primeiras referências documentais que mencionam esta milícia surgem, segundo este autor, após a conclusão do cerco a Portalegre, em 1299, no contexto dos conflitos internos que envolveram D. Dinis e o seu irmão, D. Afonso. No rescaldo desta operação militar, o monarca agracia os besteiros do conto de Serpa com alguns privilégios como recompensa pelo papel que desempenharam nesta batalha.¹¹

Retomando a narrativa sobre os contributos de Gama Barros, é possível avançar que este autor estabeleceu um conjunto de apontamentos sobre as origens socioprofissionais dos homens que incorporavam os besteiros do conto. Este autor afirma que os combatentes desta “milícia autónoma”, “a primeira entre os peões”, eram homens casados e recrutados predominantemente entre os homens de mester e os pequenos proprietários rurais, sendo, portanto, indivíduos de menor contia.¹² No entanto, conforme ressaltou Miguel Gomes Martins, esta divisão parece ser pouco precisa,¹³ uma vez que os combatentes que integravam os besteiros do conto eram indivíduos de recursos económicos médios, podendo, em alguns casos, possuir riquezas assinaláveis.¹⁴

Por fim, Gama Barros faz uma incursão quer pelos privilégios de que beneficiavam os besteiros do conto, quer pelos deveres a que estavam sujeitos os homens que integravam este corpo militar. Com base nesta análise, este autor reflete sobre o facto de as benesses associadas a esta milícia não compensarem, por vezes, os encargos a que estavam sujeitos, o que levava, portanto, à relutância com que nalgumas terras se processava o alistamento.¹⁵ A problemática iniciada por Gama Barros foi, em 1997, aprofundada por João Gouveia Monteiro. Segundo este historiador, numa fase inicial relativamente prolongada, os privilégios e o estatuto social dos besteiros do conto constituíam um forte aliciante para a incorporação nesta milícia. No entanto, a revogação de algumas das suas prerrogativas, por volta de finais do século XIV, nomeadamente a isenção de pagamento de jugadas e oitavas, conciliada com questões pouco atrativas no desempenho deste ofício (tais como a atividade bélica ou diversas obrigatoriedades que implicavam uma mobilidade permanente), resultaram num esmorecer da atratividade de incorporação neste corpo militar.¹⁶

Depois de Gama Barros, só em 1929 é compilado um novo estudo que menciona esta milícia com relativo destaque. Na *História de Portugal*, de Damião Peres, Vitoriano José César redige um capítulo sobre *Organização Militar*. Neste contexto, deve ser relevado que o contributo mais significativo deste autor consiste na identificação da imposição do anadel-mor durante o reinado de D. Pedro I. Apesar

¹⁰ Barros, *História da Administração Pública*, vol. IV, 209-215.

¹¹ Miguel Gomes Martins, *Lisboa e a Guerra* (Lisboa: Livros Horizonte, 2001), 94-95.

¹² Barros, *História da Administração Pública*, vol. IV, 209-215.

¹³ Martins, “Os besteiros do conto de Lisboa,” 101-102.

¹⁴ Miguel Gomes Martins, “Los Ballesteros do conto en Portugal en la Edad Media,” *Medievalismo* 18 (2008): 393.

¹⁵ Barros, *História da Administração Pública*, vol. V, 232-254.

¹⁶ João Gouveia Monteiro, *A Guerra em Portugal: nos finais da Idade Média* (Lisboa: Editorial Notícias, 1998), 67-68.

disso, esta obra possui uma lacuna que enferma, nos dias de hoje, a valia deste trabalho, ou seja, praticamente não apresenta citações bibliográficas, nem remete para as fontes documentais consultadas.¹⁷

Após a publicação do trabalho de Vitoriano José César seguiu-se um longo hiato de 42 anos, sem que se conhecessem quaisquer estudos de relevo sobre os besteiros do conto, o qual foi quebrado, em 1971, através da publicação dos artigos “Armamento”, “Anadel” e “Besteiros”, no *Dicionário de História de Portugal*, por Gastão de Mello de Matos. Estes textos são importantes para a iniciação de leituras sobre o assunto. São artigos de síntese, que além de tecerem um conjunto de considerações gerais sobre os besteiros do conto, são também inovadores porque observam este corpo militar com novas perspectivas, nomeadamente através de uma razoável análise ao seu armamento.¹⁸ Para além disso, Gastão de Mello de Matos indica que foi em 1498 que esta milícia conheceu o seu fim, com a sua extinção a ser decidida por D. Manuel, em reflexo da perda de importância da besta, manifestada após o surgimento das armas de fogo, assistindo-se, assim, à substituição destes atiradores armados com besta pelos espingardeiros do conto.¹⁹ Miguel Gomes Martins, por sua vez, adianta que estes dois corpos militares chegaram mesmo a coexistir na fase final da existência dos besteiros do conto, participando, inclusive, conjuntamente no desastre de Tânger, em 1437.²⁰ Este assunto permanece praticamente intocado na historiografia portuguesa, estando ainda por realizar um estudo aprofundado sobre o processo de substituição dos besteiros do conto pelos espingardeiros do conto, sem mencionar uma série de considerações gerais que se desconhecem sobre estes últimos combatentes.²¹

Humberto Baquero Moreno, em 1977, publica um artigo sobre os *Privilégios concedidos pelo infante D. Pedro aos besteiros do conto (1440-1446)*. Esta obra realiza um levantamento documental bastante apurado sobre o período de regência do Infante e é o único trabalho que estuda de forma pormenorizada o período posterior a D. João I. Para além de uma série de considerações gerais sobre o recrutamento, as competências dos anadéis, os privilégios e deveres associados aos besteiros do conto, este autor destaca-se por algumas reflexões que podem ser aplicadas a outros períodos da história deste corpo militar. Baquero Moreno, após analisar a promulgação dos privilégios aos besteiros do conto pelo Infante D. Pedro, conclui que existe uma intensificação deste tipo de documentação aquando dos preparativos para o auxílio militar a Castela (1444-1445).²² Esta perspectiva encontra paralelismos na nossa dissertação de mestrado, uma vez que detetamos uma incidência especial de documentação sobre os besteiros do conto, promulgada pela Coroa, em alguns períodos históricos.

Por fim, Baquero Moreno foi também o primeiro historiador a observar o impacto dos besteiros do conto nos comportamentos comunitários, analisando os privilégios de que usufruíam, os quais, por vezes, criavam conflitos com as autoridades

¹⁷ Vitoriano José César, “Organização Militar,” em *História de Portugal*, ed. Damião Peres, (Barcelos: Portucalense Editora, 1929), vol. II, 525-551.

¹⁸ Gastão de Mello Matos, “Anadel,” em *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão (Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971), vol. I, 145; Gastão de Mello Matos, “Armamento,” em *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão (Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971), vol. I, 189-201; Gastão de Mello Matos, “Besteiros,” em *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão (Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971), vol. I, 339-340.

¹⁹ Matos, “Anadel,” 145.

²⁰ Martins, “Los Ballesteros do conto,” 385.

²¹ Recentemente, em 2014, foram defendidas, na FLUP, duas dissertações de mestrado que permitem retirar algumas ilações sobre este assunto: Bárbara Patrícia Leite Costa, “Engenhos e armas de cerco na Baixa Idade Média Portuguesa” (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2014); Carlos Eduardo de Resende Fernandes Jorge, “A adaptação à pirobalística nos castelos tardo-medievais do Noroeste de Portugal” (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2014).

²² Humberto Baquero Moreno, “Privilégios concedidos pelo infante D. Pedro aos besteiros do conto (1440-1446),” *Bracara Augusta* 31 (1997): 59-86.

municipais, sobretudo devido aos excessos praticados.²³ Este assunto foi retomado, em 2014, num trabalho da nossa autoria, que estudou os abusos de poder e as irregularidades verificados no seio dos besteiros do conto, durante o reinado de D. João I; malfeitorias, essas, que influenciavam, não raras vezes, as vivências e os comportamentos comunitários dos respetivos lugares.²⁴

Em 1985, José Mattoso reflete sobre algumas questões relacionadas com os besteiros do conto nos seus ensaios de História de Portugal. Para este autor, os homens arrolados neste corpo militar beneficiavam de um importante conjunto de privilégios que os distinguiu dos restantes peões. No entanto, apesar de usufruírem de honra de cavaleiro para efeitos jurídicos, não podiam almejar uma promoção ao estatuto de cavaleiros-vilãos. Para além disso, segundo José Mattoso, estes combatentes representam um dos primeiros contingentes militares que evidenciam “mínimos de profissionalização”.²⁵ Por sua vez, A. H. de Oliveira Marques, em 1987, afirma que os instrumentos criados pela Coroa para organizar e reger os besteiros do conto resultaram num “primeiro passo na estruturação de um Estado de características modernas”.²⁶ João Gouveia Monteiro, de outro modo, em 1998, com mais reservas, acrescenta que estes homens apresentam, pelo menos, indícios “de especialização numa determinada arma (cuja utilização, exigia, aliás, um treino regular)”.²⁷ De igual modo, este autor indica que a “articulação entre a política militar da Coroa e a milícia dos besteiros do conto (...) terá facilitado a integração do serviço prestado por estes milicianos no padrão remuneratório estipendiário que, progressivamente, se foi impondo entre nós, a partir dos finais do século XIV”.²⁸ Miguel Gomes Martins, em 1999, sintetiza este debate historiográfico, afirmando que os besteiros do conto eram “elementos de uma tropa de elite” e que, como tal, “deveriam manter um elevado grau de prontidão, pelo que tinham, com alguma regularidade, que dedicar-se a exercícios de tiro”.²⁹

Maria da Conceição Falcão Ferreira, em 1988, publicou um artigo pioneiro e exaustivo sobre os besteiros do conto de Guimarães durante o século XIV. Este trabalho demonstra a necessidade de realização de investigações com um raio de ação local, com o objetivo de compreender a organização teórica e a execução prática da arte da guerra, não só dos besteiros do conto, mas também de toda a atividade bélica medieval em Portugal.³⁰ Ao longo deste artigo, a autora lança algumas das bases que os investigadores que lhe sucederam trilharam nos seus trabalhos, nomeadamente no conhecimento das origens socioprofissionais dos indivíduos que incorporavam os besteiros do conto, já que a autora conclui que, em 1348, todos os elementos arrolados no *conto* de Guimarães eram homens de mester, denotando-se, igualmente, uma presença considerável de sapateiros.³¹ A preferência por mesteirais, segundo Miguel Gomes Martins, traduz-se, por um lado, pela existência de uma maior disponibilidade

²³ Moreno, “Privilégios concedidos pelo infante D. Pedro,” 59-86.

²⁴ Leandro Ribeiro Ferreira, “Besteiros do Conto (Crossbowmen): Organization, abuses of power and irregularities during the reign of Dom João I (1385-1433),” *E-Journal of Portuguese History* 12 (2014): 67-86.

²⁵ José Mattoso, *Identificação de um país: Oposição*, 2ª ed. (Lisboa: Editorial Estampa, 1995).

²⁶ A. H. de Oliveira Marques, *Portugal nas Crises dos Séculos XIV e XV*, vol. IV da *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (Lisboa: Editorial Presença, 1987), 348.

²⁷ Monteiro, *A Guerra em Portugal*, 65.

²⁸ *Ibid.*, 73-74.

²⁹ Martins, *Lisboa e a Guerra*, 44-46.

³⁰ Neste âmbito, veja-se igualmente os três importantes trabalhos de Miguel Gomes Martins sobre os besteiros do conto de Lisboa (Martins, “Os besteiros do conto de Lisboa”; Martins, *Lisboa e a Guerra*; Miguel Gomes Martins, “O conto dos besteiros de 1421 – da teoria à prática. Um exemplo do termo de Lisboa,” em *Os Reinos Ibéricos na Idade Média: Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Baquero Moreno*, coord. Luís Adão da Fonseca, Luís Carlos Amaral e Maria Fernanda Ferreira Santos (Porto: Livraria Civilização Editora, 2003) vol. III, 1203-1209), os quais desvendam uma série de preceitos acerca deste corpo militar, conforme poderemos ver no desenrolar deste estado da arte.

³¹ Maria da Conceição Falcão Ferreira, “Os Besteiros do Conto de Guimarães na Centúria de Trezentos,” *Revista de Ciências Históricas* 3 (1988): 183-216.

para o cumprimento das obrigações militares e, por outro, impedia que atividades ligadas à agricultura fossem perturbadas pela necessidade de mobilização dos combatentes.³²

O final da década de 70 e a década de 80 consagraram-se como uma época bastante fértil para o estudo dos besteiros do conto, contrastando em toda a linha com o período que lhe antecedeu.³³ Após os trabalhos de Humberto Baquero Moreno, José Mattoso, A. H. de Oliveira Marques e Maria da Conceição Falcão Ferreira, foi dado o mote para um estudo mais aprofundado deste corpo militar. As bases de investigação foram construídas e João Gouveia Monteiro e Miguel Gomes Martins, acima de quaisquer outros, contribuíram para a edificação de uma sólida estrutura de conhecimento sobre os besteiros do conto. Estes autores, bem como outros que devem ser mencionados, assumirão, nesta fase final do nosso estado da arte, o protagonismo que lhes é devido.

Em 1997, João Gouveia Monteiro defendeu a sua tese de doutoramento sobre *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, publicada em 1998. Nesta obra, o historiador esgrime vários apontamentos sobre os besteiros do conto. Em primeiro lugar, deve ser destacada a distinção clara que Gouveia Monteiro faz entre os aquantiados em besta, os besteiros do conto e os besteiros de cavalo, caracterizando-os como três milícias autónomas e, como tal, passíveis de serem investigadas de modo independente. Em segundo lugar, o autor, através de uma comparação com outros corpos militares estrangeiros, enfatiza a eficácia militar e a precocidade de que se revestiu a organização, em Portugal, de uma milícia com as características dos besteiros do conto. Em terceiro lugar, aprofunda o conhecimento de algumas questões relacionadas com os privilégios destes combatentes, nomeadamente na temática do direito de aposentadoria. Em quarto lugar, João Gouveia Monteiro teoriza sobre o processo de apuramento dos homens arrolados nesta milícia, concluindo que, apesar de existir o costume de serem os próprios concelhos a apontar o nome dos indivíduos a incluir no respetivo *conto* de besteiros, “a Coroa terá procurado explorar todas as possibilidades que surgiam para intervir nesse processo, em nome de prazos que não se cumpriam, de situações fraudulentas que importava corrigir, ou de apuramentos que urgia completar”. Em quinto lugar, ao refletir sobre a estrutura de comando dos besteiros do conto, João Gouveia Monteiro percebe que a partir do momento em que a Coroa começou a nomear os anadéis-locais, os monarcas portugueses passaram, então, a dispor de uma margem de manobra mais acentuada, que permitia a execução de um controlo mais apertado em relação à implementação dos seus objetivos.³⁴ Miguel Gomes Martins, por sua vez, estudou detalhadamente a hierarquia dos besteiros do conto da cidade de Lisboa, concluindo que, para além do anadel-mor e dos anadéis-locais, existiriam ainda outros oficiais responsáveis por grupos mais reduzidos de combatentes (designados pela documentação por trintaneiros), bem como alferes, mordomos e porteiros. Para além disso, este autor sugere que o corregedor de Lisboa tinha ainda responsabilidade direta na gestão da milícia, estando a sua intervenção no recrutamento dos besteiros do conto prevista desde, pelo menos, 1340, época em que o “Regimento dos Corregedores” o incumbia de tarefas de supervisão do apuramento dos homens arrolados neste corpo militar.³⁵ Por fim, é pertinente indicar que Miguel

³² Martins, “Os besteiros do conto de Lisboa,” 102.

³³ A partir destas décadas foram também publicados estudos internacionais que são fundamentais para o entendimento das características do armamento utilizado pelos besteiros do conto (Philippe Contamine, *La Guerre au Moyen Âge* (Paris: Presses Universitaires de France, 1980); Maurice Keen, ed., *Medieval Warfare: A History* (New York: Oxford, 1999); Kelly DeVries, *A Cumulative Bibliography of Medieval Military History and Technology* (Leiden, Boston, Köln: Brill, 2002); Mathew Bennet, ed., *The Medieval World at War* (Londres: Thames and Hudson, 2009); Kelly DeVries e Robert Douglas Smith, *Medieval Military Technology*, 2.^a ed. (Ontario, Plymouth, New York: University of Toronto Press, 2012).

³⁴ Monteiro, *A Guerra em Portugal*, 70.

³⁵ Martins, *Lisboa e a Guerra*, 41-43.

Gomes Martins denotou o surgimento, em finais do século XIV, de nobres exercendo os ofícios de anadel.³⁶

O contributo de João Gouveia Monteiro para o estudo dos besteiros do conto não se esgota na sua tese de doutoramento.³⁷ Em 2000, num capítulo publicado no catálogo *Pera Guerrejar*, através da análise ao arsenal régio de Lisboa (1438-1448), este autor faz alguns apontamentos acerca dos fabricantes de bestas nacionais, bem como sobre a importação deste tipo de armamento.³⁸ Para além disso, João Gouveia Monteiro é responsável pelo entendimento da participação dos besteiros do conto na célebre batalha de Aljubarrota (1385), cujas interpretações permitem retirar pertinentes ilações sobre a componente militar destes milicianos.³⁹ Neste âmbito, também é importante destacar o contributo de Miguel Gomes Martins, historiador que, em vários trabalhos, observou a presença de contingentes de besteiros do conto em determinadas campanhas militares.⁴⁰ No entanto, apesar da existência de investigações como aquelas que ora descrevemos, permanece ainda muito por saber em relação à dimensão militar dos besteiros do conto. Esta ocorrência prende-se com uma dificuldade em encontrar referências nas fontes narrativas à ação destes milicianos em enfrentamentos bélicos, uma vez que as Crónicas, aquelas que os referem, são quase sempre lacónicas, referindo-se apenas a “besteiros”, pelo que estes tanto podem ser do *conto*, como aquantados em besta. Importa, pois, conforme faremos ao longo da dissertação de mestrado que apresentaremos, conhecer de forma detalhada a organização da milícia através de diplomas com um cariz mais administrativo para, assim, tentar compreender melhor a dimensão militar destes combatentes.

É altura de aportar a nossa contextualização historiográfica em Miguel Gomes Martins, ou seja, o historiador que mais contribui para o conhecimento dos besteiros do conto. Entre 1997 e 2014 este autor publicou um conjunto de trabalhos de história militar que versaram, direta ou indiretamente, este corpo militar. De D. Dinis a D. Pedro I, Miguel Gomes Martins analisou com detalhe o processo de criação, consolidação e de expansão dos besteiros do conto, observando a ação da Coroa na sua organização, o apuramento e recrutamento dos seus milicianos, bem como as origens socioprofissionais e a dimensão militar destes combatentes. Já observámos que o autor estabelece a data de fundação deste corpo militar, fixando-a em 1299. Para além disso, conclui que esta primeira fase de promulgação de privilégios para os besteiros do conto (1299-1322) estava distribuída, de um ponto de vista geográfico, exclusivamente pela região a sul do Tejo. Este corpo militar apenas se expande para o Norte em 1322, através da criação do *conto* de Guimarães. Durante os reinados de D. Afonso IV e de D. Pedro I assiste-se a uma expansão significativa das unidades de recrutamento do reino.

³⁶ Martins, “Los Ballesteros do conto,” 391. Veja-se igualmente um artigo do mesmo autor sobre Estêvão Vasques Filipe, anadel-mor do reino durante o início do reinado de D. João I: Miguel Gomes Martins, “Estêvão Vasques Filipe: o percurso de um guerreiro em finais de Trezentos,” *Cadernos do Arquivo Municipal* 5 (2001): 10-47.

³⁷ Para além dos trabalhos que mencionaremos neste parágrafo, convém não esquecer o texto de síntese, sobre os besteiros do conto, que o autor redigiu na *Nova História Militar de Portugal* (João Gouveia Monteiro, “De D. Afonso IV (1325) à Batalha de Alfarrobeira (1449) – Os desafios da maturidade,” em *Nova História Militar de Portugal*, dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2003), vol. I, 163-287.

³⁸ João Gouveia Monteiro, “Armeiros e Armazéns nos finais da Idade Média. O caso do arsenal régio de Lisboa (1438-1448),” em *Pera Guerrejar. Armamento Medieval no Espaço Português*, coord. João Gouveia Monteiro, Isabel Cristina Fernandes e Mário Jorge Barroca (Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 2000), 111-172.

³⁹ João Gouveia Monteiro, *Aljubarrota revisitada* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2001); Monteiro, “De D. Afonso IV (1325) à Batalha de Alfarrobeira (1449)”.

⁴⁰ Miguel Gomes Martins, “As milícias de Lisboa na campanha de 1386,” em *Actas do IV Colóquio Temático As Escalas de Lisboa* (Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2001), 117-138; Miguel Gomes Martins, “A Guerra Esquiva. O Conflito luso-castelhano de 1336-1338,” *Promontoria – Revista do Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve* 3 (2005): 19-80; Miguel Gomes Martins, *De Ourique a Aljubarrota. A Guerra na Idade Média* (Lisboa: Esfera dos Livros, 2011).

Miguel Gomes Martins conseguiu precisar a criação de vários *contos* de besteiros, entre os reinados de D. Dinis e D. Pedro I, através de uma análise à concessão de diplomas estatutários que visavam a imposição da milícia. Para além disso, este autor teoriza sobre a capacidade de mobilização de combatentes durante este período inicial. Em suma, durante o reinado de D. Dinis, devido à reduzida importância dos lugares onde eram recrutados os besteiros do conto, dificilmente o contingente global ultrapassaria os 450 indivíduos. O aumento do número de anadelarias, durante o reinado de D. Afonso IV, em especial com a instituição de *contos* em grandes cidades, como Lisboa, Coimbra e Santarém, permitiu que a mobilização de combatentes – pelo menos de um ponto de vista teórico – ascendesse a cerca de 1300 guerreiros. Além disso, no reinado de D. Pedro I, o contingente deveria ascender aos 1600-1700 besteiros do conto.⁴¹ Por fim, é pertinente indicar que, ao longo da dissertação de mestrado que apresentaremos, pretendemos completar o trabalho iniciado por Miguel Gomes Martins, observando a criação de unidades de recrutamento durante os reinados de D. Fernando e de D. João I, culminando na análise estratégica do arrolamento de besteiros do conto de 1421.

Em 2003, Miguel Gomes Martins lançou importantes pistas sobre o recrutamento dos besteiros do conto. Através da análise a um manuscrito singular, datado de 1422, este autor faz uma reconstituição da aplicação das normativas régias em Lisboa, com vista à imposição do rol de besteiros de 1421, concluindo, que, por vezes, a autoridade do anadel era posta em causa, dificultando, assim, as imposições régias.⁴²

De resto, Miguel Gomes Martins tece algumas considerações sobre o armamento utilizado pelos besteiros do conto,⁴³ tema desenvolvido por João Gouveia Monteiro⁴⁴ e aprofundado por Mário Jorge Barroca.⁴⁵ Por sua vez, em 2006, Paulo Jorge Simões Agostinho observou as referências ao armamento bélico medieval nas Crónicas portuguesas de Quatrocentos.⁴⁶ Mais recentemente, em 2012, Inês Meira Araújo apresentou, à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a sua dissertação de mestrado sobre *As Tapeçarias de Pastrana. Uma Iconografia de Guerra*, na qual analisou a existência de besteiros neste importante registo iconográfico.⁴⁷

Para encerrar esta contextualização historiográfica, resta-nos apontar para o contributo dado por outros nomes da historiografia portuguesa. Maria Fernanda Ferreira Santos, em 1997 e 2005, apresentou dois trabalhos sobre este corpo militar.⁴⁸

⁴¹ Miguel Gomes Martins, *A Arte da Guerra em Portugal (1245 a 1367)* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014), 139-159.

⁴² Martins, “O conto dos besteiros de 1421,” 1203-1209.

⁴³ Martins, “Os besteiros do conto de Lisboa,” 108-112; Miguel Gomes Martins, “*Para Bellum: Organização e Prática da Guerra em Portugal durante a Idade Média (1245-1367)*” (Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2008), 249-310. A versão publicada da tese de doutoramento de Miguel Gomes Martins está devidamente citada na nota 41.

⁴⁴ Monteiro, *A Guerra em Portugal*, 531-547; João Gouveia Monteiro, “L’homme armé au Portugal, aux XIV^e et XV^e siècles,” *Cahiers d’études et de recherche du Musée de l’Armée* 3 (2002): 67-94.

⁴⁵ Mário Jorge Barroca, “Armamento medieval português. Notas sobre a evolução do equipamento militar das forças cristãs,” em *Pera Guerrejar. Armamento Medieval no Espaço Português*, coord. João Gouveia Monteiro, Isabel Cristina Fernandes e Mário Jorge Barroca (Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 2000), 37-76; Mário Jorge Barroca, “Da Reconquista a D. Dinis,” em *Nova História Militar de Portugal*, dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2003), vol. I, 21-161.

⁴⁶ Paulo Jorge Simões Agostinho, *Vestidos para Matar. O Armamento de Guerra na Cronística Portuguesa de Quatrocentos* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013).

⁴⁷ Inês Meira Araújo, “As Tapeçarias de Pastrana. Uma Iconografia de Guerra” (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012), 155-160.

⁴⁸ Maria Fernanda Ferreira Santos, “Besteiros do Conto na região do Douro Vinhateiro,” *GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto* 10 (2005): 195-201. No entanto, não conseguimos obter acesso à comunicação sobre “A organização dos besteiros do conto ao longo da fronteira na Idade Média”, uma vez que este texto não foi publicado nas respetivas atas das IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval (Porto, 1997).

Luís Miguel Duarte, por sua vez, observou a utilização da besta em tempos de paz.⁴⁹ Em 2005, este autor apresentou um trabalho de síntese intitulada: “Um país de besteiros e castelos (A guerra em Portugal na Baixa Idade Média)”.⁵⁰ Por fim, o interesse do tema motivou-nos para publicar um artigo, em 2014, sobre alguns aspetos da sociabilidade dos besteiros do conto.⁵¹ Para além disso, nesse ano, com o objetivo de divulgar a nossa dissertação de mestrado, apresentámos uma comunicação intitulada: *The “besteiros do conto” (crossbowmen) in Medieval Portugal: From Common Men to Elite Force*, no congresso *Common Men and Woman at War*.⁵²

A dissertação de mestrado que apresentaremos procura, portanto, conhecer o estado da arte e sistematizar a informação disponível para melhor interpretar a documentação e sustentar a estrutura da dissertação, procurando aprofundar o estudo da milícia durante a cronologia adotada (1385-1438). Para este fim, serão utilizadas fontes régias como manancial principal de documentação (chancelarias, capítulos de cortes, *Ordenações*, crónicas, etc.), reservando o recurso pontual a outro género de documentação (concelhia) para exemplificar e apontar casos específicos e omissos nos manuscritos da Coroa.

Chegado a este ponto é necessário definir e justificar a cronologia da dissertação: do reinado de D. João I (1385) ao de D. Duarte (1438). Em primeiro lugar, esta delimitação prende-se com uma justificação historiográfica. Os múltiplos trabalhos de investigação de Miguel Gomes Martins, acima de quaisquer outros, estudaram aprofundadamente esta milícia desde a sua criação (1299) até ao final do reinado de D. Pedro I (1367), período que corresponde à fase inicial deste corpo militar. Contudo, o facto de aqueles estudos não abrangerem o reinado de D. Fernando, determinou que teremos de olhar também para a intervenção deste último monarca na organização dos besteiros do conto. Fazemo-lo, no entanto – porque não é esse o objeto de estudo – de forma sintética e apenas com o intuito de perceber a intervenção d’O *Formoso* na organização daquela milícia, tendo por base uma breve pesquisa na sua Chancelaria, bem como em alguma documentação avulsa desse período de 1367 a 1383. Por sua vez, o artigo de Humberto Baquero Moreno, no qual estuda com detalhe o período de regência do Infante D. Pedro (1440-1446), leva-nos a encerrar a cronologia no final do reinado de D. Duarte (1438). Portanto, para além da existência de focos de conhecimento apontados para o reinado de D. João I – nomeadamente por João Gouveia Monteiro –, esta dissertação de mestrado procura aprofundar o entendimento de vários preceitos chave dos besteiros do conto durante os reinados de D. João I e D. Duarte. Em segundo lugar, esta opção metodológica possui também características conceptuais e ligadas à natureza da própria guerra. Assim, a compilação da normativa sobre os besteiros do conto durante o reinado de D. João I, com envolvimento e assinatura de D. Duarte (a qual viria a ser publicada, mais tarde, nas *Ordenações Afonsinas*), ajuda-nos a fundamentar o ponto final da cronologia deste trabalho, justificando-se pela necessidade de compreender a intervenção de D. Duarte na organização deste corpo militar.

Em linhas gerais, a estrutura desta dissertação é composta por três capítulos. Os dois primeiros dizem respeito à ação da Coroa na organização dos besteiros do conto. No primeiro capítulo, iniciaremos uma breve análise baseada nos estudos já produzidos sobre os contingentes concelhios de atiradores com besta antes da criação dos besteiros

⁴⁹ Luís Miguel Duarte, “Armas de guerra em tempos de paz,” em *Pera Guerrejar. Armamento Medieval no Espaço Português*, coord. João Gouveia Monteiro, Isabel Cristina Fernandes e Mário Jorge Barroca (Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 2005), 173-202.

⁵⁰ Luís Miguel Duarte, “Um país de besteiros e castelos (A guerra em Portugal na Baixa Idade Média),” em *Guerra y diplomacia en la Europa Occidental*, ed. Miguel Ángel Ladero Quesada (Pamplona: Gobierno de Navarra, Departamento de Cultura y Turismo, Institución Príncipe de Viana, 2005), 295-323.

⁵¹ Ferreira, “Besteiros do Conto (Crossbowmen),” 67-86.

⁵² Encontra-se em preparação um volume monográfico que servirá como publicação das atas deste congresso, realizado em junho de 2014, em Trondheim (Noruega), estando prevista a sua publicação para inícios de 2016, dirigida por Leif Inge Petersen e publicada pela Brill.

do conto, bem como no processo de instituição deste corpo militar, durante o reinado de D. Dinis, e respetiva consolidação e expansão durante os reinados de D. Afonso IV e D. Pedro I. Após realizar esta contextualização bibliográfica, é nosso objetivo observar a intervenção de D. Fernando na organização da milícia, se bem que de forma sucinta, pois este reinado não está estudado e não representa o nosso objeto de estudo.

No segundo capítulo, desenvolveremos um estudo aprofundado da organização desenvolvida por D. João I e D. Duarte (*contos* de besteiros, cartas de privilégios, cartas de privilégios gerais e a normativa introduzida nas *Ordenações Afonsinas*, datada do reinado de D. João I). Durante este capítulo, procuraremos também perceber se existiu algum projeto comum entre ambos os monarcas, ou seja, se a associação de D. Duarte à governação da milícia durante o reinado do pai influenciou posteriormente, de alguma forma, a sua atuação na organização da milícia.

Por fim, no terceiro capítulo procuraremos passar da teoria à prática, analisando a milícia através de múltiplas perspetivas: em primeiro lugar, incidiremos o nosso olhar na cadeia de comando dos besteiros do conto, com o objetivo de perceber a sua hierarquia, os modelos de nomeação e a sua atuação nos processos de apuramento e de recrutamento dos homens-comuns que integravam a milícia. Em segundo lugar, será estudada a atuação da milícia nos teatros de operações, procurando perceber como aqueles homens-comuns se transformavam numa autêntica força de elite. Com efeito, neste ponto, observaremos a importância do armamento utilizado; os treinos semanais a que se deveriam submeter aqueles milicianos; e, finalmente, a sua atuação na guerra, observando os processos de mobilização dos contingentes de besteiros do conto para a hoste régia e, de seguida, a intervenção destes atiradores com besta nos múltiplos cenários de guerra da Coroa portuguesa (conflitos terrestres e navais, em batalhas campais, em cercos de castelos e de cidades fortificadas, em campanhas regionais e, claro está, nas campanhas africanas). Em suma, com base nesta estrutura, procuramos desenvolver uma investigação partindo de algumas perspetivas articuláveis entre si: história administrativa, militar e socioeconómica.